

A realização de estudos e pesquisas e a troca de experiências envolvendo contextos distintos e âmbitos interinstitucional e interdisciplinar assumem relevância para a apreensão de saberes e o aprofundamento teórico e empírico. Com isso pode-se compreender melhor o mundo atual e se posicionar frente aos desafios com vistas a contribuir para transformações econômicas e sociais centradas na inclusão e no bem-estar sociais. Desta forma, vale ressaltar que as realidades canadense e brasileira constituem auspiciosas oportunidades de análise comparativa.

Vale registrar que a constituição desse grupo de pesquisa se inspira na organização do GIREPS e se identifica estreitamente com as preocupações dos problemas contemporâneos que definem suas linhas temáticas. Ressalte-se que certamente não se deve desconsiderar as especificidades histórico-estruturais do caso brasileiro que o posicionam atualmente, por um lado, como país de economia emergente e com importância crescente no contexto das relações internacionais e, por outro, ainda bastante vulnerável à dinâmica da economia global e que ostenta também situações de pobreza e de miséria muito profundas e preocupantes. São por estas razões que desenvolvimento e pobreza se constituem no tema fundador do nosso grupo de pesquisas, também de caráter interinstitucional e interdisciplinar, como o GIREPS, agregando pesquisadores e estudantes de universidades públicas e de outras instituições brasileiras. É importante salientar que se pretende também desenvolver atividades de extensão com o propósito de estreitar a relação teórico-prática visando potencializar conhecimentos e estratégias de ação. Apresentamos a seguir primeiramente uma reflexão mais geral do Brasil no contextual da América Latina acerca da evolução da problemática central na qual se encontra inserida a pobreza para logo depois discorrer sobre os temas que devem ser contemplados.

Brasil e América Latina: velhos e novos problemas

Os velhos problemas estruturais da América Latina e particularmente do Brasil – elevadas concentrações de renda, terra e patrimônio, e heterogeneidade marcante do mercado de trabalho – praticamente foram esquecidos nesta era de dominação neoliberal. Mas são justamente eles que se constituem em restrições e resistências seculares, econômicas e políticas, à redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais nos países latino-americanos e entre eles. Durante a fase de edificação do nosso peculiar modelo fordista de produção e de distribuição, sob forte influência do estado-desenvolvimentista-autoritário², o que se verificou mesmo foi o aprofundamento destes problemas, já que seu êxito relativo foi alcançado às custas da exploração dos trabalhadores e da concentração de renda e de riqueza. Com a crise do sistema monetário internacional e de suas instituições concebidos em Bretton Woods, a concorrência internacional, na busca por manter suas taxas de lucro, exigia o desmantelamento do fordismo e dos direitos sociais garantidos pelos sistemas nacionais de proteção social. Ora, nos marcos da economia de mercado, a América latina continuava com sua marcha penosa de construção do « seu capitalismo » e de inserção competitiva no processo global de acumulação do capital. Posteriormente, a nova lógica imposta passou a exigir – pelas forças liberalizantes do mercado respaldadas pela injunção dos organismos internacionais, Banco Mundial e FMI – mudanças de rumo desta marcha com vistas a ajustar

¹ Coordenador do GRUPEDP.

² De 1930 à metade dos anos 1980 o autoritarismo e a repressão política foram predominantes, sob as formas populista e de ditadura militar.

a Região aos interesses do grande capital. A abertura, desregulamentação e flexibilização dos mercados de bens e serviços, financeiros e de capitais, e do mundo de trabalho, passaram a se constituir na norma de sobrevivência à ordem econômica internacional. Logo, a busca pela constituição de economias nacionais fundadas em estruturas produtivas, industriais, integradas e competitivas; e numa sociedade assalariada e protegida pelos direitos social e do trabalho, tem sido minada.

A imbricação global-regional-local, agora submetida aos interesses maiores das forças do mercado, sob a égide neoliberal e condicionada pela globalização, tem se tornado complexa e de difícil apreensão enquanto problemática a ser enfrentada pelas teorias do desenvolvimento econômico. Este condicionamento age no sentido de alterar as estruturas produtivas regionais e locais edificadas graças a uma incisiva atuação do estado na fase keynesiana do desenvolvimentismo buscando fundar estruturas completas e integradas. O que passa a vigorar é um processo de segmentação do espaço obedecendo à lógica microeconômica, potencializada pelo empreendedorismo, baseado na especialização conforme o potencial produtivo segundo os atributos próprios, alterando assim os clássicos padrões locacionais pela inserção destes espaços às exigências da acumulação em escala global. Nesse sentido, assumiram expressão as teorias do desenvolvimento endógeno – por se fundarem no localismo – e mais recentemente as tentativas de combinar o macro e o micro ou, numa concepção determinante, o mix exógeno-endógeno nas recomendações teóricas de desenvolvimento no contexto mesoregional. É evidente que tudo isto se traduz em termos de atuação do Estado, dos agentes econômicos e das organizações sociais de formas e intensidades diferenciadas conforme o estágio alcançado de desenvolvimento pelos países e suas regiões e o grau de inserção internacional atingido. A menor ou maior presença do estado, assim como dos atores sociais na promoção, estruturação e organização das atividades produtivas, formais, informais, capitalistas ou inseridas na lógica da economia social-solidária, certamente depende em grande medida também dos graus de autonomia e resistência frente às injunções dos interesses externos *vis-à-vis* os internos.

No caso brasileiro, verifica-se uma sorte de “armadilha” macroeconômica que vincula condicionantes internos e externos que submete o país à reprimarização de sua estrutura produtiva a partir de um processo de “desindustrialização forçada”. Em efeito, a redefinição da divisão internacional do trabalho comandada em grande medida pelo dinamismo das economias asiáticas, em particular da China, face à atual crise mundial ao mesmo tempo em que atende às necessidades do país de geração de superávits comerciais também desmantela sua estrutura industrial por meio de um golpe duplo. Por um lado, tem-se a demanda extraordinária de commodities para atender à expansão daquela economia, redirecionando a pauta de exportação e a produção brasileiras para produtos primários. Por outro, aumenta-se a pressão às importações de produtos manufaturados chineses cuja estrutura produtiva em grande proporção é similar à nacional, acirrando a concorrência com a indústria tradicional, têxtil, confecções, calçados e outros, como também ultimamente tem avançado nas indústrias modernas, eletrônica e automobilística.

Desta forma, a vulnerabilidade da economia brasileira há muito que reside expressivamente no seu problema crônico de financiamento dos juros de sua extravagante dívida interna, cujos montantes anuais exigidos para honrá-los tornam o país refém da manutenção de superávits externos, mas não graças à pujança das exportações de manufaturas a partir da consolidação do seu parque industrial e sim de um claro processo de involução à uma economia primário-exportadora. Tudo isso tem uma repercussão profunda em termo de combate à pobreza e às desigualdades sociais, uma vez que afeta intensamente o mercado de trabalho e a proteção social de caráter universal.

De fato, o setor industrial é historicamente estruturante no sentido da constituição do assalariamento a partir da formalização da força de trabalho e, em consequência, das

conquistas de direitos sociais e do trabalho que possibilitaram não só a formação de uma massa salarial como fonte de garantia de financiamento dos sistemas nacionais de proteção social, como também de preservação de empregos estáveis e da previdência social. A crise do mundo do trabalho em escala global, que atinge frontalmente a proteção social e precariza o emprego, resulta do rearranjo dos sistemas produtivos que buscam reduzir os custos do trabalho e elevar os níveis de produtividade. Isso se verifica a partir da produção flexível, da automação e do desemprego estrutural que modificam as estruturas industriais e intensificam as formas de exploração do trabalho, em termos de jornada e de remuneração, de gênero, de idade e de exacerbação do setor de serviços. Passam a vigorar a terceirização, subcontratação e contratos com duração determinada; trabalhos parciais, voluntários e a domicílio; e a maior exploração dos trabalhos das mulheres, das crianças e dos idosos, estes últimos principalmente por meio do prolongamento da idade de aposentadoria. A precarização então se aprofunda com o recrudescimento do setor de serviços que passa a ser o destinatário de boa parte da força de trabalho sobrando da indústria, notadamente da mão-de-obra desqualificada, a qual converge em grande medida para as atividades informais. Essa tendência aprofunda a heterogeneidade e fragmentação do mercado de trabalho, dificulta a organização e associação dos trabalhadores, enfraquece a luta sindical, contribui para manter e até aumentar a pobreza em geral e, em particular, do segmento dos trabalhadores pobres, e induz o poder público a adotar políticas focalizadas, assistencialistas e compensatórias, em detrimento das políticas sociais universais.

Pelo exposto, se o Brasil e mais amplamente a América Latina ainda pelejam com seu projeto de desenvolvimento capitalista a partir da consolidação de uma estrutura industrial tecnologicamente moderna, competitiva e nacional, já se deparam nesse sentido com resistências poderosas e que acentuam as condições negativas geradoras de pobreza, de desigualdades sociais e de precariedade. É nessa conjuntura que procuraremos direcionar nossas pesquisas mais amplas com vistas a apreender a problemática inerente à abrangência dos eixos temáticos dessa proposta de constituição do nosso grupo de estudos. Aprofundaremos a seguir a discussão sobre o tema norteador do Grupedp e os demais a serem contemplados.

Eixo 1 – Desenvolvimento e Pobreza³

O desenvolvimento capitalista das últimas quatro décadas mudou as formas de concorrência intercapitalista, ampliou a integração comercial e financeira entre os países bem como deslocou parques produtivos até mesmo entre continentes. No centro destes processos estão as mudanças significativas na base material do capitalismo: a microeletrônica facilitando as comunicações, reduzindo os custos de transporte e interligando mercados em tempo real; as modificações organizacionais sugeridas a partir do formato da organização japonesa copiadas, em maior ou menor grau, pelas economias ocidentais tem possibilitado modelos organizacionais diferenciados e mais ágeis para as firmas e redes de firmas.

A atual fase do capitalismo, entendida como de mundialização do capital com dominância da esfera financeira, tem ampliado os conflitos, alterado as suas formas de expressão e acelerado as desigualdades sociais no mundo. A crise financeira internacional desencadeada em 2008, poderia ter alterado o padrão de comportamento dos mercados financeiros mas, não o fez. Hoje, os bancos continuam agindo como agiam antes de 2008, no sentido da busca da rentabilidade de uma multiplicidade de ativos e atravessando fronteiras com facilidade. O quadro econômico e social mundial não é animador na medida em que a

³ Elaborado pela professora Liana Carleial.

recuperação econômica dos EUA é lenta e há uma grande interrogação sobre o destino econômico da Europa, diante dos problemas enfrentados pela Irlanda, Portugal, Grécia e Espanha. Do lado asiático, o papel da China enquanto comprador de commodities e exportador de manufaturados vem alterando e, até certo ponto, redefinindo o jogo de poder no mundo, porém sem ainda configurar-se como hegemonia efetiva.

Assim a relação entre desenvolvimento e pobreza continua sendo um grande desafio para a formulação de políticas públicas no mundo. Entretanto, é importante remarcar que os países ainda subdesenvolvidos ou mesmo emergentes, como se classifica hoje o caso do Brasil, tem especificidades próprias que dificultam uma maior imbricação entre desenvolvimento e redução de pobreza. O Brasil foi um país primário-exportador, cujo desenvolvimento se fez a partir do trabalho escravo, marca cujas consequências até hoje atravessam o país; adiou a constituição de seu mercado interno e industrializou-se tardiamente, sendo a sua inserção internacional marcada por constante vulnerabilidade.

Tais fatos configuram uma condição de subdesenvolvimento, como denominou o teórico e professor brasileiro Celso Furtado. Para ele, o subdesenvolvimento é uma produção do próprio desenvolvimento do capital, em certas circunstâncias, e apresenta como características centrais a heterogeneidade estrutural, a ausência de um núcleo inovador, como os desenvolvidos tiveram, e uma incapacidade de diversificação produtiva cuja razão maior é a histórica vulnerabilidade externa; essa foi a marca do processo de substituição de importações brasileiro no qual cada etapa de crescimento era sustada pela incapacidade de financiar uma nova etapa. Essas características possuem implicações significativas para a constituição dos mercados de trabalho, condiciona um padrão desigual de distribuição de renda e dificulta a redução da pobreza nessas sociedades.

Assim, o subdesenvolvimento, segundo FURTADO, não se constitui numa etapa do processo de desenvolvimento; ou seja, o subdesenvolvido não ascende à condição de desenvolvido necessariamente. A condição de subdesenvolvimento pode persistir, pode aprofundar-se e pode ser irreversível, se não forem implementadas as medidas e as políticas necessárias à sua reversão.

O Brasil, a despeito de ter crescido a altas taxas (em média 7,0% aa.) entre 1950 e 1980, desta década até recentemente esteve preso a uma agenda de curto prazo que o impedia de desenvolver-se. Atualmente, o país cresce a taxas importantes, amplia os investimentos e os instrumentos da política social, criando também programas de transferência direta de renda com condicionalidades. Esse esforço redundou numa redução do número de pobres. Entretanto, em 2008, o país ainda detinha 28% de sua população em condições de pobreza absoluta (famílias com rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *percapita* (aproximadamente 170 dólares) e 10% em pobreza extrema (famílias com rendimento médio per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (aproximadamente 85 dólares).

A pobreza pode ser medida pelos níveis de rendimento, enquanto medida direta. No entanto, pode ser avaliada indiretamente enquanto capacidade de atendimento às necessidades básicas e o acesso a bens e serviços públicos. Nesse sentido, é relevante analisar as condições de pobreza no subdesenvolvimento como específicas a essa condição. Logo, a condição de pobreza só, em raras condições, pode ser comparada internacionalmente. O Brasil está prestes a lançar um programa de erradicação da miséria (pobreza absoluta) o qual exigirá um acompanhamento e avaliação permanentes das suas efetivas possibilidades de êxito bem como de modificações necessárias, se for o caso. Nesse sentido, um conjunto de pesquisas poderá ser desenvolvido ancorado neste eixo aqui sugerido.

Eixo 2 – Mercado de Trabalho, Trabalhador Pobre e Protagonismo Social

Dado o caráter multifatorial da pobreza, este eixo procurará especificamente se deter em estudos e pesquisas relacionados às transformações no mundo do trabalho e suas consequências para o segmento dos trabalhadores mais vulneráveis em termos econômico-sociais. Também se deterá nas alternativas da sociedade civil para fazer frente à falta de oportunidades e a exclusão inerentes à economia de mercado a partir de investigações sobre economia solidária, cooperativismo, empreendedorismo e outras formas de protagonismo social colocadas em prática por meio do trabalho coletivo e autogestionário.

A questão do trabalhador pobre será priorizada nas análises, pois constitui objeto de grande interesse por possibilitar uma visão mais inerente à população trabalhadora e por inserir no Brasil esta discussão que já vem sendo objeto de pesquisa há alguns anos nos países desenvolvidos, em particular na Europa e América do Norte, especialmente nos Estados Unidos e Canadá.

Nos países em desenvolvimento e no terceiro mundo em geral os estudos se resumem ao debate sobre linhas de pobreza como forma de mensuração deste fenômeno. Vale registrar também que há, por parte dos institutos de pesquisa e instituições internacionais, divergências cruciais no que se refere aos próprios conceitos envolvendo o entendimento do que seja pobre, pobreza, trabalhador pobre, etc. Isto dependendo da dimensão individual ou da família, não só em termos de concepção, como também em delimitação e métodos e formas de aferição. Portanto, ainda há um forte debate teórico-metodológico a nível internacional acerca destes aspectos, concentrado principalmente entre as principais instituições de pesquisa e estatística da França (INSEE-Institut national de la statistique et des études économiques), Estados Unidos (BLS-Bureau of Labor Statistics), Suíça (l'Office Fédéral Suisse des Statistiques), European Commission, Eurostat e Bureau Internacional do Trabalho e, certamente, no Québec-Canadá (GIREPS).

Portanto, a partir da apreensão teórica deste debate realizaremos pesquisas com vistas a contribuir para uma análise que possibilite identificar convergências e divergências destas diferentes abordagens com as que comumente são utilizadas nos países em desenvolvimento, particularmente na América Latina e Brasil. Trabalharemos, assim, na perspectiva comparativa destes contextos com os dos países desenvolvidos, principalmente o Canadá, visando analisar a situação de pobreza e, em especial, inserir a análise sobre a problemática do trabalhador pobre no Brasil.

De forma mais abrangente daremos atenção à análise do mercado de trabalho com respeito às implicações da dinâmica econômica e das relações Estado-Economia e Capital-Trabalho no âmbito do processo de desenvolvimento nos contextos nacional e regionais. Análises mais teóricas se preocuparão com as contradições inerentes ao próprio desenvolvimento histórico do capital com vistas à compreensão do processo de desqualificação do trabalho e de desvalorização da força-de-trabalho como determinante básico da precarização do emprego. Também acompanharemos a atual conjuntura "pós-crise" de 2008 e suas mais amplas e diferentes consequências em termos de globalização e de impacto na divisão internacional do trabalho principalmente no que se refere à situação do emprego e das condições de vida nos países menos desenvolvidos, notadamente na América Latina e Brasil.

Eixo 3 – Políticas Públicas e Proteção Social

Frente ao processo de exclusão social que priva grandes segmentos da população do consumo de bens e serviços básicos por impossibilidade de acesso à economia de mercado, o estado procura supri-los por meio da oferta direta e por meio da adoção de programas e políticas, notadamente assistenciais. Nesse sentido tem-se os sistemas clássicos de proteção social que compreendem as áreas de saúde, previdência e assistência social. O estado também

procura disponibilizar educação pública gratuita e amparo ao trabalhador a partir do seguro desemprego e outros benefícios garantidos pela legislação do trabalho. Paralelamente, cada governo desenvolve uma série de programas e políticas, marcadamente de caráter assistencial e compensatório em particular com vistas a mitigar a pobreza e, no limite, até a própria sobrevivência, como é o caso do programa fome zero, no Brasil. Todo este aparato público possibilita o acesso a um consumo de bens e serviços não mercantilizados, traduzindo-se em uma sorte de “renda indireta” que, em certa medida, contribui para coesão social e para a preservação do *status quo*.

Com o avanço neoliberal, a intensificação da precariedade social e a fragmentação dos estatutos sociais e das situações de risco, o que se verifica na América Latina e no Brasil é um duplo movimento que visa limitar e mesmo suprimir os recursos necessários para a manutenção e investimentos na proteção social universal – cuja intensão maior é miná-la em prol de uma proteção pública focalizada e da expansão da iniciativa privada – e de proliferação de programas assistenciais. O caso brasileiro é emblemático, como se pode constatar pelo número de programas implementados principalmente a partir da era Lula com vistas a paliar a pobreza extrema: políticas de transferência de renda (Bolsa Família), os programas *Luz para todos*, *Minha casa, minha vida*, *Reforço da agricultura familiar*, Saúde da família, Universidade para todos (Prouni), como também de melhoria das favelas etc.

Relativo a isto, temos um campo amplo e fértil de estudos que compreendem desde análises acerca do papel do estado e de sua relação com as organizações sociais, as entidades não-governamentais e a sociedade civil em geral até pesquisas diretas avaliativas sobre o impacto, a eficácia e a eficiência destes programas com vistas ao alcance de seus objetivos e de sua finalidade precípua, qual seja, de combate às situações de pobreza e de extrema miséria.

Em especial, no âmbito do sistema nacional de proteção social destacam-se o Sistema Único de Saúde (SUS), gratuito e de acesso universal, que atende cerca de 140 milhões dos 192 milhões de brasileiros – já que as camadas médias e altas da sociedade preferem os serviços privados de saúde –, e os programas assistenciais de Alimentação Escolar (PNAE), de Aquisição de Alimento (PAA) da agricultura familiar e o de Cisternas (Um Milhão de Cisternas, que visa disponibilizar água para consumo humano e para produção) vinculados ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Estes programas serão objetos de estudos e pesquisas. Nesse sentido, vale registrar que a Universidade Federal do Ceará (www.ufc.br) conta com um curso de pós-graduação em avaliação de políticas públicas (www.mapp.ufc.br) como também com um observatório de políticas públicas (www.opp.ufc.br) envolvendo professores, pesquisadores e alunos com o objetivo de realizar estudos, análises e avaliações das políticas públicas e contribuir para o conhecimento teórico e empírico sobre as diferentes problemáticas envolvidas.

Outros Eixos e Instituições

Em termos de perspectivas, outros eixos poderão se constituir em objetos de estudos pelo grupo, como, por exemplo, um de desenvolvimento sustentável e economia ecológica/meio ambiente, que é muito importante no Brasil hoje pela relevância que assume a questão de associar o desenvolvimento econômico com os critérios de sustentabilidade ambiental. Já existem um curso de extensão em economia ecológica e um de especialização em desenvolvimento econômico na Universidade Federal do Ceará que tratam destas questões na perspectiva teórica e empírica. Conta-se também com um projeto político-pedagógico de criação de um curso de graduação em economia ecológica e do desenvolvimento.

No que se refere a outras instituições que poderão se integrar ao GRUPEDP destaca-se a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-

<http://www.unilab.edu.br/>), criada em 2010, na cidade de Redenção – pioneira na abolição da escravidão no Brasil, em 1883 –, localizada a 63Km de Fortaleza, capital do Ceará. A UNILAB é uma universidade federal, pública, compreendendo ensino, pesquisa e extensão, que tem como propósitos contribuir para a integração do Brasil com os países da África, em especial com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da região. Um ponto de fundamental importância é a questão da lusofonia. Cinco países da África foram colônias portuguesas e usam o português como língua oficial: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Completam a lista dos oito países que compõem o contexto lusófono o Brasil, Portugal e Timor-Leste. A Lusofonia é uma proposta que se constitui em um espaço que inclui as questões sociais, econômicas e de estratégia geopolítica. Desta forma, a Unilab deverá oferecer condições para que a oferta de ensino, assim como a pesquisa e a extensão, alcancem o continente africano que é o segundo mais populoso do planeta e o terceiro mais extenso e onde se concentram os maiores contingentes de pobreza e miséria do mundo.

Parcerias e Métodos de Intervenção Dialógica

Algumas possibilidades de parcerias estão sendo constituídas entre o Grupedp e organizações da sociedade civil que, nas últimas décadas, desenvolvem ações que visam, concomitantemente, a redução da pobreza e a apresentação de propostas de desenvolvimento social equânime no Brasil. Dentre as entidades encontram-se os seguintes movimentos: Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis (CMR), Assembléia Popular e Consulta Popular. Essas organizações possuem amplitude nacional, entretanto, a parceria encontra-se, no momento, concentrada nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. Uma das formas que possibilita a interlocução é a pesquisa participante que se manifesta, concomitantemente, como um processo educativo e de pesquisa. Para concretização da mesma, organizou-se uma técnica de intervenção-dialógica, no âmbito da extensão, o Estágio Interdisciplinar de Vivência e Participação (EIVPa). Nesse, alunos de diferentes cursos de graduação e pós-graduação inserem-se em grupos de trabalho – com a finalidade do estudo teórico – e nas comunidades estudadas. Numa relação dialógica, constroem junto com os membros das entidades, projetos de intervenção na realidade. Os projetos respeitam as demandas locais como também as potencialidades dos estudantes. Com esse processo, a realidade concreta tende a incrementar a pauta de pesquisa do grupo, assim como, a elaboração dos projetos de intervenção possibilita ponderar as necessidades dos grupos enquanto questões potenciais de aprimoramento das políticas públicas.

Professores e Pesquisadores engajados no GRUPEDP

Aécio Alves de Oliveira

Economista, mestre em economia e doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, na qual é professor. Foi assessor da pesquisa “Reestruturação Produtiva na Indústria Cearense: novos paradigmas de produção de consumo da força de trabalho”, coordenador de uma pesquisa exploratória sobre Economia Solidária no Brasil e do Mapeamento da Economia Solidária no Ceará em 2005-2007. Consultor da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade do Vale do Acaraú, na Região Norte do Ceará, e atualmente desenvolve um projeto de pesquisa que tem por objetivo geral estudar a Economia Ecológica numa perspectiva marxiana e o projeto sobre Produção de resíduos sólidos e

líquidos no Distrito Industrial de Maracanaú – Ceará. Tem experiência em estudos sobre o mundo do trabalho, economia ecológica, economia solidária, reestruturação produtiva, macroeconomia e financeirização da economia.

Deise Luiza Ferraz

Administradora, mestre e doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estágio-doutoral no Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações (SOCIUS) do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Professora, pesquisadora e orientadora no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Organizações e Desenvolvimento da FAE - Centro Universitário Franciscano do Paraná (PMOD/FAE). Pesquisadora do SOCIUS (ISEG/UTL, Portugal), de Produtividade Júnior IPEA/CAPES e de outros grupos de pesquisa. Tem experiência em Relações de Trabalho; Organizações, Estado e Formas de Gestão; Relações de Gênero; Desemprego e Políticas Públicas de Geração de Trabalho e Renda.

Fernando José Pires de Sousa

Estatístico e mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará, Doutor em Economia pela Universidade Paris XIII e Pós-doutor pela Universidade de Montreal-Canadá (2010). É professor da Universidade Federal do Ceará, em Economia e em cursos de Pós-Graduação, e foi coordenador de Desenvolvimento Regional da Pró-Reitoria de Extensão, coordenador e membro da Rede Universitária de Pesquisadores sobre a América Latina (RUPAL) e atualmente coordena o Observatório de Políticas Públicas (OPP/UFC) no Ceará. Tem experiência em Desenvolvimento, Pobreza e Políticas Públicas, com ênfase em Economia dos Programas de Bem-Estar Social, mercado de trabalho, economia regional, estado e economia, proteção social, previdência, saúde pública, economia da saúde e segurança alimentar e nutricional, nos contextos da América Latina e Brasil, Região Nordeste e Estado do Ceará.

Lafaiete Santos Neves

Historiador, mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) e doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano do Paraná, na graduação e no Mestrado em Organizações e Desenvolvimento-PMOD, pesquisador do Programa Cátedras do IPEA/CAPES, do Grupo de Pesquisa Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais PMOD/FAE/CNPq e do Centro de Estudos, Pesquisa e Apoio ao Trabalhador CEPAT/UNISINOS. Tem experiência em Desenvolvimento Econômico, Economia Política, Políticas Públicas, Economia brasileira, transporte coletivo, movimento popular, indústria automobilística, desenvolvimento local e poder político.

Liana Maria da Frota Carleial

Economista, mestre em economia pela UFC, doutora em teoria econômica pela Universidade de São Paulo-USP e Pós-doutorado na Université Paris XIII-França. É professora titular da Universidade Federal do Paraná, atuando no programa de mestrado e doutorado da Faculdade de Direito. É professora do curso de mestrado em Desenvolvimento e Organizações da FAE e pesquisadora do CNPq. Foi professora visitante na Faculté d'Économie et Gestion de Université d'Amiens - França (2005-2006), Presidente do Ipar-des (2003-2004) e Diretora do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada da Presidência da República/SAE (2007-

2011). Tem experiência na área de economia do trabalho e da tecnologia, economia política, desenvolvimento regional, mercado de trabalho, redes de firmas e economia solidária.

Lidia Eugênia Cavalcante

Biblioteconomia, mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Pós-doutora em Ciência da Informação pela Université de Montreal (2007), com pesquisa sobre memória e patrimônio digital: políticas e ações. É professora da Universidade Federal do Ceará, foi pesquisadora convidada do Centro de Edição Digital, da Universidade de Montreal, do Centro de Estudos e Pesquisas sobre o Brasil (CERB) da Université du Québec à Montreal (UQAM- Canadá) e também realizou estágio de pesquisa, na HEC - École de Gestion - Université de Montreal e do Centro de Estudos e Pesquisas sobre o Brasil - CERB. Desde 2008 coordena o projeto Ler para Crer, de metodologias para a implantação de bibliotecas comunitárias e em 2010 recebeu o Prêmio Nacional Viva Leitura pelo referido projeto. Tem experiência na área de Ciência da Informação, memória e patrimônio, pesquisa histórica, formação profissional, memória social, educação continuada, gestão por competências, aprendizagem colaborativa, gestão do conhecimento e inovação social.

Maria Lucia de Paula Urban

Economista, mestre em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutora em relações internacionais pela Universidade do Algarve-Portugal. É pesquisadora do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES e foi integrante da equipe brasileira nas negociações quadripartites do Tratado de Assunção (Mercosul). Tem experiência em Inovação Tecnológica, Estratégia Empresarial, Mercado de Exportação; Desenvolvimento do agronegócio, Agricultura familiar e Pobreza.

Estudantes engajados no GRUPEDP

Inácio Fernandes de Araújo Junior

Economista pela Universidade Federal do Ceará-UFC (2011) e Aluno do Mestrado em Economia na Universidade Federal de Viçosa-MG. Foi bolsista de extensão da UFC durante dois anos quando atuou na coordenação do Observatório de Políticas Públicas e trabalhou no Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto CENTEC. Tem experiência em desenvolvimento econômico, economia regional e do nordeste, mercado de trabalho, pobreza, políticas públicas, incubadora de cooperativas, cadeias produtivas e economia da inovação.

Thiago Costa Holanda

É Graduando em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e formado em Tecnologia em Hotelaria pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE). Atua como Tutor a Distância do curso de Hotelaria da UAB/IFCE. Durante dois anos realizou pesquisas sobre pobreza e mercado de trabalho e atuou na coordenação do Observatório de Políticas Públicas como bolsista de iniciação científica (PIBIC-UFC/CNPq) e de extensão da UFC. Tem experiência em desenvolvimento econômico, economia regional e do nordeste, mercado de trabalho, pobreza e políticas públicas.